

1 ATA DA REUNIÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE GRADUAÇÃO, REALIZADA NO DIA
2 01 DE AGOSTO DE 2001, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO ANFITEATRO DAS
3 PRÓ-REITORIAS, NO CAMPUS.

4 No dia 01 de agosto de dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos, no Anfiteatro das Pró-
5 Reitorias, no Campus, foi realizada reunião ordinária do Conselho Setorial de Graduação,
6 regimentalmente convocado, sob a presidência do Senhor Pró-Reitor de Graduação, professor Edson
7 Vieira da Fonseca Faria e com a presença dos Conselheiros Arlete Maria Moreira do Amaral,
8 Bernadete Maria de Sousa, Carlos Elízio Barral Ferreira, Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes, Denise
9 Barros Weiss, Edna Ribeiro Hernandez Martin, Eleuza Maria Rodrigues Barboza, Flávia Aparecida
10 Zorzi, Ignácio José Godinho Delgado, José Acácio de Barros, José Alberto Barroso Castanõn, José
11 de Jesus R. G. de Pinho, Juliana Anacleto dos Santos, Kleber Ramos de Queiroz, Lourival Batista de
12 Oliveira Júnior, Luciano Caldas Camerino, Maria Cristina Vasconcellos Furtado, Michel Heluey
13 Fortuna, Oscarina da Silva Ezequiel, Ricardo Cristóforo, Rogério Lustosa Bastos, Rosângela Almeida
14 Ribeiro, Roselene Perlatto Bom Jardim, Sérgio Guilherme de Assis Vasconcelos, Vanderli Fava de
15 Oliveira, Vanusa Caiafa Caetano e Viviane Souza Pereira e da professora Maria Julieta Ventura
16 Carvalho de Araujo. Foram justificadas as ausências dos Conselheiros Marilene S. dos Santos de
17 Sansão, Mário José dos Santos, Rogério Amorim do Carmo e a representação dos técnico-
18 administrativos. O Senhor Presidente iniciou a reunião colocando em discussão a ata da reunião
19 anterior, realizada em 30/05/2001, tendo sido aprovada, com 01 abstenção. O Presidente deu votos
20 de boas vindas à Conselheira Maria Cristina Vasconcellos Furtado, nova representante do Conselho
21 Setorial de Extensão e Cultura, em substituição à Conselheira Teresinha Noemides Pires Alves de
22 Sousa. **COMUNICAÇÕES:** O Presidente informou: 1- Embora o momento não seja o mais adequado,
23 devido à greve dos servidores técnico-administrativos que está impedindo o funcionamento regular
24 das atividades da UFJF, que foi constatado um número elevado de alunos que estão com livros com
25 data de devolução vencida, solicitando aos coordenadores que alertem os alunos, na medida do
26 possível, para efetuarem a devolução; 2- Sobre a emissão de declaração de matrícula, falou da
27 necessidade de um controle mais rigoroso e ressaltou que a competência para a emissão é da
28 CDARA; 3- Sobre a matrícula, que foi realizada em circunstâncias pouco favoráveis, ficou mantido o
29 sistema aberto inclusive até hoje e nos dias 06 e 07 de agosto será o reajuste. O Conselheiro Ignácio
30 José Godinho Delgado propôs que o sistema seja mantido aberto e o Presidente informou que não é
31 viável, tendo em vista o levantamento a ser feito para os formandos e acrescentou que se os dois
32 dias previstos para o reajuste não forem suficientes, poderão solicitar reavaliação. O Conselheiro
33 Lourival Batista de Oliveira Júnior considerou que, na questão dos livros da Biblioteca, pode ser
34 resolvido com o sistema e só a conscientização não resolve muito e solicitou que o assunto "trote"
35 volte a ser discutido neste Conselho. O Presidente informou que este assunto deverá ser incluído
36 numa reunião do Conselho Superior. A Conselheira Bernadete Maria de Sousa disse que os alunos
37 foram informados que poderiam ficar com os livros e que não haveria multa e, com relação à
38 matrícula, não obteve resposta sobre o número de vagas que teria para as disciplinas do Projeto de
39 Universalização, tendo realizado todas as matrículas solicitadas. O Presidente informou que a
40 coordenação do projeto deverá ser procurada e que devam ser garantidas as vagas para todos os
41 alunos do 3º período que matricularem. **ORDEM DO DIA:** 1- Definição da equivalência entre as
42 pontuações obtidas no PISM e Vestibular: O Presidente informou que este assunto ficou para ser
43 estudado e apresentada uma proposta, conforme decisão anterior deste Conselho. Acrescentou que
44 foi solicitado ao Departamento de Estatística para fazer o estudo, realizado pelos professores Tufi
45 Machado Soares, Jane Azevedo da Silva e Ronaldo Rocha Bastos, apresentando o Método de
46 *Equating de Equipercents* como alternativa mais adequada para o método de equivalência entre as
47 pontuações obtidas no PISM e Vestibular. O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior perguntou
48 se um dos professores responsáveis pelo trabalho estaria presente para apresentar de forma menos
49 técnica possível o resultado do estudo. O Conselheiro José Acácio de Barros falou que havia sido
50 solicitado a apresentação de um texto que se conseguisse entender e que alguém que tenha
51 participado da elaboração estivesse presente para melhor explicar, ainda nesta reunião e perguntou
52 se era interesse colocar isto no Edital do Vestibular. O Presidente falou que estava sendo verificado
53 se um dos membros poderia vir a esta reunião; que a fórmula de cálculo deve ser colocada no Edital
54 porque é a forma de classificação dos programas de ingresso e adiantou que, na conversa com o
55 Departamento de Estatística, o que a literatura indica como mais recomendável é a proposta
56 apresentada. O Conselheiro Rogério Lustosa Bastos considerou necessária a presença de um dos
57 mentores da proposta. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira disse que o exemplo dado na página
58 2 do documento esclarece bem, considerou a fórmula interessante, mas que pode acontecer
59 distorção. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira informou que entendeu o objetivo desta
60 proposta e que ela pressupõe que as duas amostras são mais ou menos semelhantes e acrescentou
61 que tem uma dúvida conceitual, que não levar em consideração a média pode gerar distorção, se a
62 prova de um dos programas tiver um grau de dificuldade muito diferente da outra. O Presidente
63 informou que será considerada, pois o passo a passo do cálculo indica isto. A Conselheira Maria
64 Julieta Ventura Carvalho de Araujo explicou, graficamente, o método proposto. O Presidente
65 acrescentou que o método vai selecionando os melhores de cada programa, é classificatório e
66 quando for preenchido o número de vagas, ali estará definido o ponto de corte. O Conselheiro José

1 Acácio de Barros disse que o exemplo da página 2 o deixa preocupado. O Presidente informou que
2 não se conseguiu localizar nenhum dos professores responsáveis pelo trabalho para que viessem
3 aqui neste momento e perguntou se o Conselho se sente em condições para continuar a discussão
4 ou não. O Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira disse que a proposta é matematicamente bem
5 específica e deve-se partir do pressuposto que foi elaborada por quem sabe o que está fazendo e
6 que gostaria de preservar o voto neste processo, considerando que o documento que será
7 encaminhado à imprensa e aos colégios deve passar por este Conselho, porque estará sendo
8 endossado pelo mesmo. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que a banca que elaborou a
9 proposta deve ser capaz de escrever em linguagem que possa ser entendida; que se escreva um
10 documento que possa ser entendido. O Presidente falou que foi colocado para os responsáveis pelo
11 trabalho, desde o primeiro momento, a insuficiência dos métodos tradicionais para atender a
12 equivalência entre os dois programas com pontuações diferentes e o método que melhor atenderia as
13 condições é o que foi proposto e que outras alternativas não se adequariam a este propósito. O
14 Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira falou que o que falta nesta proposta é uma metodologia
15 científica e também as premissas consideradas para a solução do problema, o que considera
16 importante constar do documento que vai para a imprensa. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira
17 considerou válido trazer um documento mais didático, para que também este Conselho possa saber
18 explicar o que ficou decidido e falou para pedir aos membros da Estatística uma reconstrução da
19 metodologia adotada para se chegar ao método apresentado. O Conselheiro Lourival Batista de
20 Oliveira Júnior elogiou os membros que foram escolhidos para elaboração da proposta e discordou
21 da fala do Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira e falou que gostaria que tivesse presente uma
22 pessoa da Comissão para ser devidamente esclarecido, por não se sentir em condições de votar e
23 que quer tomar uma decisão mais consistente, não querendo discutir fórmula. O Conselheiro Ignácio
24 José Godinho Delgado disse que entendeu o que vai acontecer com o método e que se tem de
25 estabelecer um critério que não é somente técnico, é uma porta de entrada e que não se sente
26 facilidade em votar algo que não o convença que é o melhor, mas que pode votar em confiança. A
27 Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza disse que são dois processos diferenciados e que
28 deve-se contentar com o método que melhor corrige possíveis distorções no ponto de chegada. O
29 Presidente falou que não adianta, neste momento, fazer suposições se os melhores se concentram
30 num ou noutro programa e considerou interessante trazer um dos três membros da Comissão neste
31 Conselho para que possam esclarecer, não a fórmula, mas todo o processo e acrescentou que este
32 Conselho deve estar atento ao ponto de partida e ao ponto de chegada, junto às bancas e ao método.
33 O Conselheiro José Acácio de Barros sugeriu que o texto que foi aqui solicitado seja encaminhado
34 para os Conselheiros. O Presidente informou que vai marcar uma nova reunião o mais breve possível
35 para responder os questionamentos levantados e com a presença de um dos membros da Comissão.
36 2- Flexibilização Curricular – Relatório da Comissão: O Presidente colocou em discussão a proposta
37 que foi apresentada pela Comissão anteriormente constituída e encaminhada para todos os
38 Conselheiros. A Conselheira Maria Julieta Ventura Carvalho de Araujo informou que não fez parte da
39 Comissão, mas participou da digitação e é necessária uma retificação na 1ª linha da 2ª coluna do
40 Anexo 2, substituir "créditos ou carga horária por período letivo" por "créditos ou carga horária por
41 atividade no período letivo". O Conselheiro Rogério Lustosa Bastos disse que gostou da proposta e
42 em relação ao Anexo 2 teve dúvida se o aluno que publica artigo estaria contemplado. O Presidente
43 falou que antes de passar a palavra aos demais inscrites, tem alguns membros da Comissão que
44 estão presentes e que poderiam responder o que está sendo posto. O Conselheiro Vanderli Fava de
45 Oliveira manifestou-se favorável a contabilizar determinadas atividades e destacou que atividades a
46 distância e participação em eventos podem ser atividades sérias ou não. O Conselheiro Michel
47 Heluey Fortuna falou que a atividade acadêmica a distância não deve ser diferenciada em presencial
48 ou não. O Presidente passou a palavra para a Comissão. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues
49 Barboza informou que a idéia da Comissão foi criar uma regulamentação para as atividades que os
50 alunos já fazem e que não são computadas como crédito e que tentou-se colocar alguns critérios
51 para que as atividades que fossem desenvolvidas com seriedade pudessem constar do currículo. O
52 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira considerou que a simples participação em eventos não está no
53 mesmo patamar das demais atividades, deve ser acompanhada de publicação e apresentação de
54 trabalhos, além de privilegiar quem tem mais condições de participação. A Conselheira Eleuza Maria
55 Rodrigues Barboza informou que por esta razão foi colocado "outros", para atender a necessidade de
56 cada curso. O Conselheiro Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes informou que o Curso de Direito tem
57 uma Portaria do MEC para regulamentar atividades e apresentou 2 sugestões: na Disposição
58 Transitória, a creditação com data retroativa a 17/04/2000, para retroagir até a data da Portaria do
59 MEC ou do último currículo aprovado para o Curso de Direito e no Anexo 2, com relação ao
60 lançamento das atividades no sistema, que cada uma delas receba um código e que a documentação
61 relativa à atividade fique restrita à coordenação do curso ou à CDARA. O Conselheiro Ricardo
62 Cristóforo falou que sentiu falta da inclusão, no Anexo 1, do estágio extracurricular, que também está
63 regulamentado no RAG, considerando que deveria constar como item X e perguntou se, para o
64 Anexo 2, teria um percentual limitador por semestre e sugeriu modificar no RAG, substituindo a
65 Comissão de Estágios pelo Colegiado do Curso. O Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira
66 considerou que a limitação do número de créditos deveria constar do currículo, para que o

1 desenvolvimento das atividades estejam dentro de um contexto, com uma espinha dorsal definida;
2 destacou que o estágio curricular, da Engenharia, é obrigatório e ao se definir uma atividade como
3 obrigatória, tem que haver infra-estrutura para tal. O Conselheiro José Acácio de Barros propôs que o
4 texto relativo à monografia seja reescrito, por considerar que a forma como consta no documento, é
5 muito ampla e perguntou se estágio obrigatório e práticas extras não seriam a mesma coisa e que
6 poderia ser denominado de prática profissional. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado elogiou
7 o trabalho da Comissão e perguntou se não deveria haver um teto para as atividades, a fim de
8 preservar um tronco fundamental de formação, embora o Artigo 4º garanta uma salvaguarda para
9 várias situações; citou também o grupo de estudos que existe no Departamento de História. O
10 Conselheiro Michel Heluey Fortuna falou que a proposta é interessante e no Artigo 3º considerou que
11 a atividade não deve ser destacada pelo fato de ser a distância, que não constou a diferenciação
12 sobre grupos de estudo, que a vivência profissional complementar precisaria estar diferenciada entre
13 estágio extracurricular ou não e, como não está prevista, perguntou se a creditação para outras
14 atividades ficaria a critério das coordenações e, para uma questão de uniformização, falou que o texto
15 precisa de um aperfeiçoamento, pois em alguns itens é citada a avaliação e em outros não,
16 propondo, para uma próxima reunião, que o texto seja revisto, incorporando às sugestões que devem
17 ser encaminhadas à PROGRAD. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira fez considerações a
18 respeito de cada uma das atividades descritas no Anexo 2. A Conselheira Oscarina da Silva Ezequiel
19 falou que, com relação ao número de créditos, vai depender muito do curso do aluno, citando
20 exemplo da Medicina, em que 70% das atividades são obrigatórias e 30% complementares e que
21 talvez fosse o momento de dar liberdade a quem de direito para realizar convênio que permita a saída
22 do aluno. O Conselheiro Kleber Ramos de Queiroz falou que a participação em eventos deve estar
23 ligada ao curso do aluno e isto tem que ser explicitado e deveria haver limitação no número de
24 créditos. O Conselheiro Rogério Lustosa Bastos falou das dificuldades que estão passando com o
25 procedimento da flexibilização para o Curso de Psicologia. O Presidente passou a palavra para os
26 membros da Comissão. O Conselheiro Sérgio Guilherme de Assis Vasconcelos falou que cada
27 Colegiado de Curso é que vai avaliar se deve ou não contar crédito e também definir o caráter
28 obrigatório, optativo ou eletivo. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza disse que ficou
29 convencida da retirada da atividade a distância, que a participação em eventos pode perfeitamente
30 ser avaliada, inclusive com a apresentação para a turma, que os instrumentos de avaliação ficariam
31 com o professor e a forma de registrar seria através da CDARA e foi favorável a alterar a
32 denominação de vivência profissional para prática profissional. O Presidente resumiu que em prática
33 profissional estaria incluído vivência profissional, estágio extracurricular e demais atividades que aí se
34 incluíssem e sobre a questão do teto, para contabilizar crédito tem que haver uma autorização prévia,
35 conforme Artigos 2º e 4º, para qualquer das atividades. O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira
36 Júnior disse que o Curso de Economia está aguardando a definição de flexibilização por parte deste
37 Conselho e sugeriu estabelecer o cômputo de hora e depois transformar em créditos e estabelecer
38 um teto. A Conselheira Roselene Perlatto Bom Jardim perguntou em qual atividade colocaria os
39 alunos que dão aula no Cursinho Popular, tendo a Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza
40 esclareceu que se trata de um projeto de extensão. O Conselheiro José Acácio de Barros fez um
41 comentário geral sobre a proposta e parabenizou a Comissão pelo trabalho. O Conselheiro Ignácio
42 José Godinho Delgado perguntou se a Comissão pensou levar em consideração a participação de
43 discentes em Conselhos da Universidade, tendo a Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza
44 informado que a Comissão entendeu que não deveria regulamentar atividade política e que este tipo
45 de participação não tem motivação acadêmica e que seria difícil avaliar e regulamentar. O
46 Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira falou da necessidade de explicitar a possibilidade de uma
47 disciplina obrigatória ser substituída por uma outra atividade, sendo exemplificado e que seria
48 interessante os Colegiados serem obrigados a definirem um teto. A Conselheira Maria Julieta Ventura
49 Carvalho de Araujo reforçou que qualquer curso que quiser alterar seu currículo, terá que obter a
50 aprovação deste Conselho. O Presidente falou que não se pode confundir conteúdo com atividade e
51 que não está em questão a atividade que o aluno está exercendo para realizar aprendizagem;
52 resumiu que no texto da Resolução não há grandes alterações, a não ser as sugeridas pelo
53 Conselheiro Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes; no Anexo 1 redefinir monografia, aglutinar vivência
54 profissional e remover atividade acadêmica a distância e no Anexo 2 está sendo proposto um limite
55 para o estabelecimento da creditação e como não se chegou a um acordo, que sugestões sejam
56 encaminhadas para a Comissão e se restrinjam às definições das atividades acadêmicas e à
57 creditação estabelecida para cada uma delas, para que não haja necessidade de discutir tudo
58 novamente. O Presidente definiu, com o consenso de todos, que o encaminhamento de sugestões
59 ocorra até a próxima quarta-feira, quando serão levadas à Comissão, juntamente com as aqui
60 levantadas. **ASSUNTOS GERAIS:** O Conselheiro José Acácio de Barros falou que tinha um assunto
61 importante a tratar, o trote, insistiu que a Universidade tem que proibir o trote, cobrou que faça algo
62 de imediato, pois os calouros estão sendo submetidos ao trote violento, reforçando que o trote é uma
63 violação dos direitos humanos, não podendo ficar desta forma, sugerindo que seja feita uma moção a
64 respeito; que em sua Unidade nada é feito para proibir o trote, inclusive quando os vigilantes são
65 acionados; que parece haver alguma orientação da administração da UFJF neste sentido. O
66 Presidente disse que o tratamento dos veteranos em relação aos calouros não é o ideal e que este

